
Notas & Informações

Um freio à farra

Mais de dois terços dos juízes, segundo levantamento do Partido Novo reportado pelo **Estado**, ganham, com seus benefícios acumulados, acima do teto constitucional. Os profissionais do serviço público ganham proporcionalmente muito mais do que seus pares na iniciativa privada, e a elite do funcionalismo, a magistratura, ganha muito mais do que os demais servidores. Em outras palavras, num país que está entre os dez mais desiguais do mundo, com mais de 24 milhões de desempregados, subempregados e desalentados, o maior promotor da desigualdade social é o Estado. Esse patrimonialismo “selvagem” consagra a irresponsabilidade fiscal e desmoraliza o serviço público.

Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, das dez profissões mais bem remuneradas do País, seis são da elite estatal. À época da pesquisa, em 2016, constatou-se que o rendimento médio dos titulares de cartório era de cerca de R\$ 91 mil por mês; procuradores e promotores, R\$ 44 mil; Poder Judiciário e tribunal de contas, R\$ 43 mil; diplomatas, R\$ 28 mil. São as quatro profissões mais rentáveis do setor público. Na sexta posição estão advogados do setor público e procuradores da Fazenda, e na oitava, auditores fiscais. Enquanto isso, o trabalhador do setor privado, que produz riqueza e paga a conta,

tem uma renda média de cerca de R\$ 2 mil.

Um estudo do Banco Mundial de 2017 mostrou que, entre 53 países, o Brasil apresenta a maior desproporção de salários, da ordem de 67%, entre um funcionário público federal e um trabalhador da iniciativa privada com a mesma idade, formação e experiência profissional. O País também é o que mais gasta com o funcionalismo (13,1% do seu PIB), enquanto países como França, Austrália, Portugal e EUA gastam aproximadamente 9%. Ademais, esses recursos abastecem uma elite reduzida: nos países da OCDE, cerca de 10% da força de trabalho está empregada no setor público, ao passo que no Brasil são 5,6%. Destes, 83% estão no topo da pirâmide de renda. Sete em cada dez funcionários públicos estão no grupo dos 10% mais abastados do País.

Como se não bastassem os salários dádivosos, os regimes especiais de aposentadoria (muitas vezes integral) e a estabilidade de que gozam os funcionários públicos, ainda recebem benefícios (não tributados) como auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio-funeral, auxílio-paletó, auxílio-livro e um interminável et cetera. A magistratura é campeã em acúmulo de privilégios, como as férias de dois meses. Chamar a estas benesses magnânimas e intocáveis de “penduricalhos” – coisas por natureza ínfimas e descartáveis – é uma metáfora para lá de inadequada.

E não há como saciar este apetite. Há poucos dias, o Conselho Nacional de Justiça aprovou o auxílio-saúde a todos os magistrados e servidores dos tribunais no valor de 10% do salário. A justificativa é que 90% dos juízes se dizem mais “estressados” do que no passado. E assim o contribuinte é obrigado a gastar milhões com um “adicional de insalubridade” para o ofício dos juízes. Outro exemplo: desde 2017, os auditores fiscais recebem um “bônus de eficiência” de R\$ 3 mil. Um prêmio para todos – inclusive os inativos – nada mais é do que um aumento salarial não tributável. Mas essa agressão à inteligência e ao bolso do contribuinte foi consagrada em lei pelo Congresso. Enquanto isso, falta o básico do básico – em saúde, educação, saneamento ou transporte – para as populações carentes.

Essa indecente distorção é, em muitos sentidos, mais corrosiva que a corrupção, posto que encabeçada e normatizada justamente pela corporação encarregada de zelar pelo império da justiça, a magistratura. Chegou a hora de uma reforma administrativa radical. A atual legislatura já mostrou, com a reforma da Previdência, que pode vencer as campanhas corporativistas de desinformação e a inoperância do governo em favor do interesse público. Se bem explicada, não há como a reforma do Estado ser “impopular”. Afinal, ela pode pôr fim à esbórnica salarial que explora 95% da população.